

OS IMPACTOS DAS ATIVIDADES REALIZADAS NA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOBRE AS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO-PB: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Rodrigo de Oliveira Santos (1); Priscila Santos da Silva (2); Allan Batista Silva (3);
Rafaela Raulino Nogueira (4)**

1 - Graduando do Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Cabedelo, Brasil. E-mail: rodrigoosaantos21@gmail.com; 2 - Graduanda do Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Cabedelo, Brasil. E-mail: spriscila48@gmail.com; 3- Mestrando em Modelos de Decisão e Saúde pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. E-mail: allandobu@gmail.com; 4 - Mestranda em Modelos de Decisão e Saúde pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: rafaelanogueirajp@hotmail.com;

RESUMO: A educação inclusiva vem sendo ultimamente muito discutido no contexto da educação. E têm sido de grande importância para se debater essa temática como o caráter excludente da sociedade atual, políticas educacionais voltadas para as pessoas com necessidades especiais e situação da escolarização no Brasil. Apesar de todos os progressos e avanços humanitários em direção ao cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência, não podemos deixar de mostrar que a discriminação ainda existe. Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo vivenciar in loco a experiência, debater sobre as políticas de ascensão da Educação Inclusiva, estudo de casos e contribuir para futuras pesquisas. O trabalho foi desenvolvido em visita realizada a Coordenação de Educação Inclusiva e a Escola Municipal Paulino Siqueira localizadas no município de Cabedelo-PB, tendo como objeto o relato dos profissionais frente às adversidades encontrada na sala de aula, por meio do estudo de caso. Onde a partir disso, percebemos a importância de políticas públicas que dêem visibilidade ao movimento, para que dessa forma tenhamos cada vez mais inclusões em todos segmentos da nossa sociedade. Com isso, é necessário garantir o cumprimento das leis previsto na constituição. Assim teremos um país mais igualitário.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva, Inclusão Social, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva vem sendo ultimamente muito discutido no contexto da educação. E têm sido de grande importância para se debater essa temática como o caráter excludente da sociedade atual, políticas educacionais voltadas para as pessoas com necessidades especiais e situação da escolarização no Brasil. Embora seja alvo de muitos questionamentos, há um consenso quanto à necessidade de se trabalhar em prol da inclusão escolar (MARTÍNEZ, 2007, p.93). Logo, a educação Inclusiva se caracteriza como uma política de justiça social que alcança alunos com necessidades educacionais especiais, tomando-se aqui o conceito mais amplo, que é o da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994a, p. 17-18).

As políticas nacionais de inclusão escolar estão baseadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (LDB, Lei 9394/1996) que define Educação Especial como a modalidade escolar para educandos "portadores de necessidades especiais", preferencialmente na rede regular de ensino. Dessa forma, Educação Especial, como “modalidade de educação escolar, é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento” (BRASIL/SEESP/MEC, 1996).

No contexto legais brasileiros, Lei nº 9.394, define que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial como também o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996) Onde reforça a continuidade do ensino especial.

A palavra inclusão e o movimento das pessoas com deficiência é algo recente. Tradicionalmente a escolarização é excludente, discriminatória e limita-se a um grupo seletivo e homogêneo de pessoas. Com a democratização da escola surge a contradição inclusão / exclusão. Inicia-se, então, o acesso das pessoas com deficiência às escolas, mas, num processo de integrar e não de incluir. Toda essa modificação, ainda que lenta e pouco significativa, fomenta futuras e importantes mudanças no cenário para tentativas de uma educação inclusiva (BRASIL, 2007).

Segundo Carvalho (2000), no final do século XX muitos conflitos e transformações aconteceram, principalmente, no contexto da educação especial presente no Brasil desde o período imperial. Surgem, então, as expressões “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”. Porém, a autora ressalta que a ideologia da educação inclusiva vem sendo difundida desde o século XVIII por Pestalozzi e Froebel quando eles afirmavam a importância do “respeito à individualidade de cada criança” (CARVALHO, 2000, p.145).

De acordo com os estudos de Mazzotta (2005), é possível destacar três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com necessidades especiais especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação. 1) Marginalização – atitudes de total descrença na capacidade de pessoas com deficiência, o que gera uma completa omissão da sociedade na organização de serviços para esse grupo da população. 2) Assistencialismo – atitudes marcadas por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, que buscavam apenas dar proteção às pessoas com deficiência, permanecendo a descrença no potencial

destes indivíduos. 3) Educação/reabilitação – atitudes de crença nas possibilidades de mudança e desenvolvimento das pessoas com deficiência e em decorrência disso, a preocupação com a organização de serviços educacionais.

Stainback e Stainback (1999) afirmam que boas escolas são aquelas que se preocupam com a satisfação e aprendizagem de todas as pessoas, ou seja, dos profissionais da educação, dos alunos, da comunidade escolar e dos funcionários, dentro do ambiente escolar.

Em 1999, o decreto nº 3.298, regulamentou a Lei nº 7.853/89, que dispunha sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, estabeleceu o conceito de deficiência, definiu quem são esses sujeitos e, a partir disso, como assegurá-los. De acordo com esse decreto, deficiente é todo aquele que tem uma perda ou uma anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que provoque incapacidade para desempenhar atividade, dentro do padrão considerado normal para os demais e afirma ainda que deficiência permanente seja aquela que ocorreu num determinado tempo sem recuperação, mesmo com novos tratamentos. (BRASIL, 1988). A partir disso, o artigo 206 garante a igualdade de condições de acesso e de permanência para todos na educação regular. Nessa perspectiva, o inciso terceiro do artigo 208 é destacado por BRASIL (2007) ao definir como obrigação do Estado garantir o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988 p.56).

Sasaki (2006) ao explicar sobre o processo de inclusão / integração educacional situa quatro fases que ocorreram ao longo do desenvolvimento da história da inclusão: 1) Fase de Exclusão: período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais. Eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade. 2) Fase da Segregação Institucional: neste período, as pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação. 3) Fase da Integração: algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade. 4) Fase de Inclusão: todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades.

Em 2006, a Secretaria dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça e a UNESCO elaboraram o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos” que

defende a inclusão de assuntos relacionados às deficiências no currículo da Educação Básica. Além de reivindicar ações que incentivem o acesso dos alunos com deficiência ao ensino superior (BRASIL, 2007).

Nessa perspectiva, a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – priorizou esta nova visão educacional, principalmente, com a prescrição do artigo 59 que afiança aos educandos com necessidades especiais a adaptação curricular, metodológica e organizacional da escola permitindo também a terminalidade e a aceleração de acordo com as necessidades de cada pessoa. Os artigos 24, inciso V e o art. 37, parágrafo primeiro da LDB evidenciam de que maneira a educação básica deve-se organizar: “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (BRASIL, 2007, p.3).

Apesar de todos os progressos e avanços humanitários em direção ao cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência, não podemos deixar de mostrar que a discriminação ainda existe. Dessa forma, temos muita luta para transformar a escola e assim a sociedade, a política de inclusão acaba assimilada como mais uma reforma do capitalismo e como tal contribui para sua perpetuação e, portanto, para a perpetuação da exclusão.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo vivenciar *in loco* a experiência, debater sobre as políticas de ascensão da Educação Inclusiva, estudo de casos e, contribuir para futuras pesquisas.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre uma visita a Coordenação de Educação Inclusiva no município de Cabedelo na Paraíba, no ano de 2018. Tendo como objetivo o relato dos profissionais frente às adversidades encontradas na sala de aula. Portanto, foi aplicado um questionário com a professora de Educação Especial, posteriormente explanada a metodologia aplicada para os alunos, foi falado que além do profissional de educação a escola contava com uma equipe multidisciplinar abrangendo: psicólogos, dentistas, fonoaudiólogos, psicopedagogos e fisioterapeutas. Logo em seguida, foi explanado o cronograma que seria aplicado naqueles alunos e cada aluno possuía uma ficha com os relatos escritos pela profissional. Além disso, foi feita uma observação não-participativa dos alunos e do espaço físico de maneira geral, relacionando assim com concepções intrínsecas ao desenvolvimento e aprendizagem dos deficientes. Assim utilizou-se como referência algumas ferramentas teóricas da psicologia educacional. No segundo momento foi feita uma visita à Escola

Municipal Paulino Siqueira, também localizado no município de Cabedelo. Onde foi feita uma observação das instalações do local e como é feito o trabalho deles. Foi citado pela professora, que escola Paulino Siqueira seria modelo de Educação Inclusiva no município de Cabedelo.

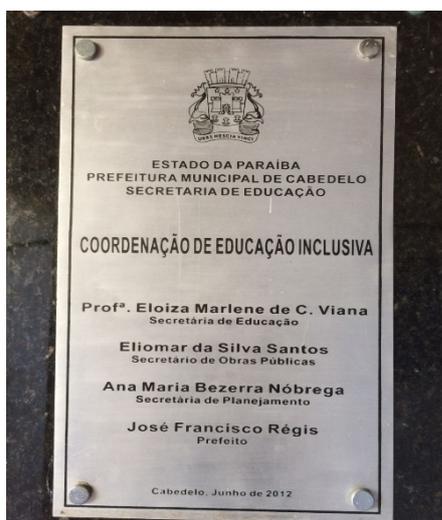


Figura 1. Coordenação de Educação Inclusiva Fonte: Gabriela Raulino



Figura 2. Escola Municipal Paulino Siqueira Fonte: Gabriela Raulino

Logo em seguida na mesma visitação a Coordenação de Educação Inclusiva e a Escola Municipal Paulino Siqueira foi observado à interação entre os profissionais e os alunos, onde foi demonstrado carinho de ambos os lados. Além disso, outro ponto apontado pela professora é a interação comunidade - escola que é muito presente. Ponto positivo, pois, a escola e o centro trabalham com a transdisciplinaridade, e tendo como finalidade a inserção da comunidade no contexto e, também como agentes da transformação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Procuramos contar à experiência vivida com argumentos que fundamentam a temática desse relato, uma vez que ao relatar algo “se exerce precisamente uma arte de fazer e uma arte de pensar” (CERTEAU, 1994, p. 152), que conta os fatos do dia a dia, fazendo pontes entre o tempo presente e a história.

De acordo com Freire (2008) pretende-se com a inclusão é que todos os alunos acessem a um mesmo currículo e, para tal, é essencial a criação de condições promotoras de equidade. Entendemos que essa equidade só será capaz de acontecer quando os professores, que são os protagonistas do ensino, estiverem munidos dos conhecimentos necessários para atender as necessidades individuais dos alunos.

Para Vygotsky (1998), a deficiência não constitui, em si, um impedimento para o desenvolvimento do indivíduo, os maiores impedimentos seriam as mediações estabelecidas, as formas de lidarmos com o problema, negando possibilidades de trocas e relações significativas que possibilitam o crescimento do indivíduo. A partir disso, percebemos a importância de uma Educação Inclusiva que dá visibilidade ao movimento, para que dessa forma tenhamos cada vez mais pessoas críticas em todos os segmentos da nossa sociedade. Já para Fernandes e Paludeto (2010), ressaltam a importância da educação frente à questão dos Direitos Humanos:

“É na educação como prática de liberdade, na reflexão, que o indivíduo toma para si seus direitos como fatos e realidade. O grande diferencial, neste momento, encontrasse no processo educativo, ou seja, na transmissão de conhecimentos anteriormente adquiridos em vivência social, que cada região ou país carrega consigo como história. E é por isso que a educação, seja ela familiar, comunal ou institucional, se constitui como um direito, um direito humano. É, pois, através dela que reconhecemos o outro, os valores, os direitos, a moral, a injustiça, nos comunicamos, ou seja, os elementos que nos cercam enquanto indivíduos sociais. Aliás, o movimento da história se faz possível através da transmissão às novas gerações das aquisições prévias da cultura humana, isto é, através da educação (FERNANDES e PALUDETO, 2010, p.237 e 238)”

Além disso, existe a dicotomia da relação entre psicologia e educação, principalmente no que se refere à educação especial ou inclusiva, é revestida não apenas de aspectos metodológicos e teóricos, mas assume também um papel crítico, com questões ética-políticas, que buscam através da interdisciplinaridade, desmistificar os antigos conceitos de normalidade e anormalidade, propondo formas de construção do saber que proporcione às crianças portadoras de deficiência, que propicie interação com seus pares e construa assim um espaço de democratização da educação.

Segundo Dazzani (2010) (2001, apud DAZZANI, 2010):

“As práticas psicológicas que orientam a atuação profissional devem ser ressignificadas e apoiadas não em uma teoria, mas, em uma

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br
www.cintedi.com.br

epistemologia que enfatiza os fatores objetivos e subjetivos do processo ensinar-aprender, as condições do contexto sociocultural, a importância das relações inter e intrasubjetivas professor-aluno, o aprendiz como sujeito do conhecimento e o papel social da escola na formação do cidadão. A ressignificação da atuação profissional passa, portanto, pela apropriação de referenciais teóricos que levem em consideração os processos interativos, conscientes e inconscientes, constitutivos dos sujeitos em processo de ensino, de desenvolvimento e de aprendizagem, em uma perspectiva psicodinâmica e socio-histórica, cujo foco não é o indivíduo, mas os sujeitos em relação.”

Outro ponto importante, é a percepção crítica dos conteúdos, visando o aluno como agente transformador do contexto escolar, familiar e social. Nesse sentido, é de suma importância refletir que o “Professor não é dono do conhecimento” (COSTA, 2016).

“A educação crítica é orientada para a tomada de decisões e o exercício da prática de uma responsabilidade social e política. Modificando-se assim, a própria relação entre professor e aluno, a qual é marcada pelo pressuposto básico que Paulo Freire estabelece para esta relação, a saber, a prática do diálogo enquanto dimensão essencial no trabalho de compreensão da realidade a partir das experiências do sujeito ensinante, assim como do sujeito aprendente. (SCHARAM E CARVALHO 2010, p.05).”

Neste sentido, a citação de Scharam e Carvalho explica que através da criticidade que é construído novos saberes e por meio das práxis, a relação professor - aluno tem uma ressignificação e, também se constroem uma conscientização política, social, cultural e econômica.

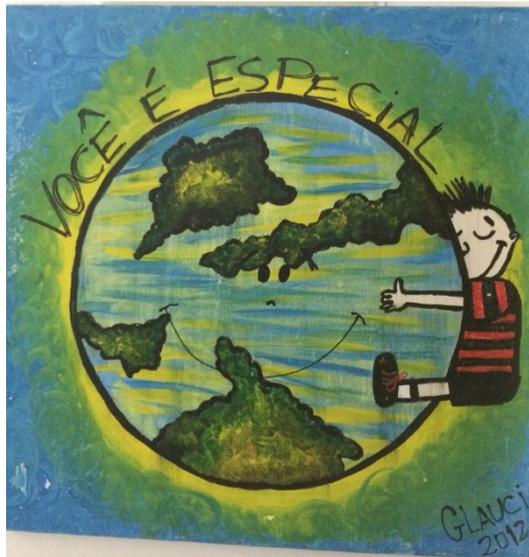


Figura 3-4. Trabalho dos Alunos. Fonte: Rodrigo Santos

As Figuras 3 e 4 apresentam alguns dos trabalhos realizados pelos alunos, tanto os que frequentam a Coordenação de Educação Inclusiva quanto à Escola Municipal Paulino Siqueira. Onde foram observadas atividades manuais, que possibilitam aos alunos que possuem algum tipo de deficiência a possibilidade de trabalhar a criatividade como também questões psicológicas abordando assim de forma lúdica a inclusão.

Por fim, a formação continuada dos profissionais é de extrema importância nesse processo de inclusão, pois eles terão, portanto, o embasamento teórico e, na prática, vão aplicar em suas salas de AEE com os alunos deficientes.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, foi possível concluir que as pesquisas voltadas para educação especial, têm em vista como principal motivação a inclusão. Dessa forma, contribuem para ampliação do conhecimento, vivenciar a realidade no âmbito dos Centros Especializados e das Escolas engajadas nesse movimento reforça a sua relevância. Portanto, é perceptível por partes das Instituições, dos familiares e da comunidade os esforços para a realização das atividades, a fim de garantir a continuidade dos estudos desses alunos deficientes. Tendo em vista os fatores limitantes, como: construções de escolas inclusivas, e/ou adaptações para as instalações das salas de recursos. A partir disso, percebemos a importância de políticas públicas que dêem visibilidade ao movimento, para que dessa forma tenhamos cada vez mais

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br
www.cintedi.com.br

inclusões em todos os segmentos da nossa sociedade. Dessa forma, são necessárias ampliações das pesquisas, dos investimentos, das políticas públicas voltadas para educação especial. Com isso, é necessário garantir o cumprimento das leis para pessoas com deficiência, previsto na constituição para um país mais igualitário.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Educação Inclusiva e a Escola Municipal Paulino Siqueira do Município de Cabedelo e também a Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, **Lei nº 9.394-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN**, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASÍLIA, **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 2. ed., DF, Secretaria de Educação Especial, 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, A. R. F.; **Relato de Experiência Sobre o Ensino de Direitos Humanos como Forma de Inclusão Social e Construção da Cidadania**. Disponível em <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA2_ID3723_13102016225045.pdf> Acesso em 15 de julho de 2018.

DAZZANI, M.V.M. **School psychology and inclusive education: a critical reading**. *Psicol. ciência e profissão*. Brasília, v.30, nº 2, p. 362-375, jun. 2010.

FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. **Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea**. Fonte:<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n81/a08v3081.pdf>> Acesso: 21 de julho de 2018.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. *Revista Educação*. v. XVI, n. 1, 2008.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

_____. **LDB nº 9394, de 20 dez. 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Brasília, DF: Ministério da educação e Cultura. Disponível em: Acesso em: 13 julho. 2018.

MARTÍNEZ, A. M. **Inclusão Escolar e o desafio para os psicólogos.** In: Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos. 2º edição. Campinas, São Paulo: Editora Alínea 2007 pp. 93- 114.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** 5ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCHARAM, Sandra Cristina; CARVALO, Marco Antonio Batista. **O pensar em Paulo Freire. Para uma Pedagogia da mudança.** Disponível em: Acesso: 13 de julho de 2018.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.